



Congresso vota projeto da LDO de 2019 na quarta-feira

Antes da sessão do Congresso, o projeto será analisado na Comissão Mista de Orçamento. Aprovada a LDO, o recesso parlamentar pode ser decretado a partir de 18 de julho

Jonas Pereira/Agência Senado



Eunício também marcou para quarta sessão do Senado para votar projetos como o que permite readmissão ao Simples de empresas excluídas por dívidas tributárias

O Congresso Nacional deve votar na quarta-feira, às 13h, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. A sessão foi convocada ontem pelo presidente do Congresso, Eunício Oliveira. Após a votação da LDO, o Congresso pode decretar recesso legalmente a partir de 18 de julho.

— Com isso, encerraremos os trabalhos deste semestre — afirmou Eunício.

Antes da sessão conjunta, o projeto da LDO precisa ser analisado na Comissão Mista de Orçamento, que também fará reunião na quarta. Ontem o relator, senador Dalírio Beber, apresentou seu parecer, abrindo prazo para detalhes. 5

Embaixada do Brasil na Índia terá novo titular 3

Avança ampliação de licença para pais militares 6

Aprovada em comissão MP sobre frete rodoviário 5

Senado deve ter órgão para política tributária 2

Passam em sabatina diplomatas para Polônia e Áustria 7

Derrubado veto à federalização de rodovia turística no Sul

O Plenário do Congresso Nacional derrubou ontem o veto presidencial à federalização do trecho de rodovia entre as cidades de Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC).

Conhecido como Rota das Neves, o trecho une as regiões serranas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atravessando várias cidades turísticas.

O veto já havia sido re-

jeitado pelos deputados na terça-feira e ontem foi votado pelos senadores.

Com isso, será promulgado o projeto de lei que transfere a rodovia para o Sistema Rodoviário Federal. As atividades de construção, manutenção, operação e administração da infraestrutura da rodovia passam a ser de responsabilidade da União. 3

Votação sobre insumos de refrigerantes é adiada

Após mais de 90 minutos de debates, foi adiada a votação em Plenário do projeto que susta o decreto que alterou a alíquota do IPI incidente no extrato concentrado usado na produção de refrigerantes. O Plenário não atingiu o quorum mínimo para que a votação fosse realizada. O projeto, de autoria dos senadores do Amazonas, deve ser votado na próxima semana. Para eles, o projeto prejudica a Zona Franca de Manaus. 3



Marcos Oliveira/Agência Senado

Parlamentares pela Região Norte defendem zona franca e querem sustar decreto

Aluno deficiente precisa de apoio, aponta debate

Representantes do governo, de sindicatos e de entidades que promovem a inclusão afirmaram ontem que a qualidade do ensino dos alunos com deficiência pode melhorar significativamente caso seja regulada a atividade do profissional de apoio escolar. Projeto de Romário com esse objetivo foi discutido ontem na Comissão de Educação. O senador disse que está aberto a ouvir sugestões com o intuito de melhorar a proposta. 6



Ínyolo Lima/Fotoaplar

Pelo texto, profissional de apoio deve prestar atendimento individualizado

Vai a Plenário criação da Política para Doenças Raras no SUS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma doença é definida como rara quando afeta até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos.

O projeto, que segue com urgência para o Plenário, determina que a política

seja implantada em até três anos, nas esferas nacional, estadual e municipal, com o objetivo de estabelecer uma Rede Nacional de Cuidados ao Paciente com Doença Rara. O relator, Ronaldo Caiado, destacou que, para a maioria das doenças raras, que são cerca de 8 mil, não há medicamentos específicos ou tratamento curativo, apenas tratamentos de apoio. 8

Novo órgão sobre política tributária vai a Plenário

Conselho será vinculado à Comissão de Assuntos Econômicos e vai auxiliar o Senado na avaliação do sistema tributário, elaborando estudos e organizando eventos com a intenção de melhorá-lo

O SENADO PODERÁ contar com um Conselho de Avaliação de Políticas Tributárias. A iniciativa está prevista em projeto de resolução aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que agora vai a Plenário.

De acordo com o PRS 10/2018, o conselho será vinculado à Comissão de Assuntos Econômicas (CAE), terá caráter consultivo e vai auxiliar o Senado na tarefa de avaliar o Sistema Tributário Nacional, elaborando estudos e organizando eventos para possíveis melhorias.

— A iniciativa da CAE é resultado de um conjunto de audiências que tratou da microeconomia, da macroeconomia e do cenário de renúncias fiscais. O projeto não traz acréscimo de custos ao Senado e aprimora os órgãos de avaliação — defendeu o relator, José Pimentel (PT-CE).

Segundo o senador, o conselho fortalecerá a competência da Casa de avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário. Embora exista a previsão regimental para a requisição de documentos e informações de diversos órgãos públicos, é necessário aprofundar os mecanismos de cooperação institucional entre o Senado, o Poder Executivo dos entes da Federação, o setor produtivo e a sociedade como um todo, avaliou.



Relator, Pimentel informou que criação do conselho não onera o Senado

mente a funcionalidade do sistema tributário. Embora exista a previsão regimental para a requisição de documentos e informações de diversos órgãos públicos, é necessário aprofundar os mecanismos de cooperação institucional entre o Senado, o Poder Executivo dos entes da Federação, o setor produtivo e a sociedade como um todo, avaliou.

O conselho terá oito membros indicados pelo presidente da CAE: um representante da

Secretaria da Receita Federal do Brasil, um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), um representante da Confederação Nacional de Municípios (CNM), dois representantes do setor produtivo e três cidadãos com notório conhecimento na área. A participação será voluntária e não remunerada, e as manifestações do conselho serão meramente opinativas, não tendo poder de direcionar a atuação do Senado.

Rádio Senado mostra vida e obra de Athos Bulcão

Se estivesse vivo, Athos Bulcão teria completado 100 anos em 2 de julho. Para homenagear o artista, a Rádio Senado leva ao ar, a partir de segunda-feira, a série “Athos Bulcão, o artista de Brasília”, com cinco episódios.

Enquanto Lúcio Costa traçou as ruas e quadras da nova capital e Oscar Niemeyer projetou os edifícios, coube a Athos a tarefa de humanizar, com a beleza de sua arte, a cidade que nascia do zero no Planalto Central. Brasília guar-

da hoje mais de 250 obras do artista, incluindo os célebres painéis de azulejos.

A reportagem do jornalista Ricardo Westin mostra que Athos se mudou para Brasília em 1958, a convite de Niemeyer, e nunca mais deixou a cidade. Nascido no Rio, ele chegou a cursar medicina, mas abandonou a faculdade no terceiro ano, quando se deu conta de que não poderia fugir de sua vocação artística.

A série irá ao ar no progra-

ma *Conexão Senado*, entre segunda e sexta-feira, às 8h30. Haverá reprises nos mesmos dias às 22h. A série completa também será apresentada no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h, no horário de Brasília.

O programa pode ser baixado e ouvido na página da Rádio Senado na internet (www.senado.leg.br/radio)

“Athos Bulcão, o artista de Brasília”
• segunda a sexta, às 8h30 e às 22h
• reprises sábado, às 10h, e domingo, às 17h

Publicada lei que institui o Diário Eletrônico da OAB

A partir de janeiro de 2019, atos, notificações e decisões da Ordem dos Advogados do Brasil passam a ser publicados no *Diário Eletrônico da OAB*. É o que estabelece a Lei 13.688,

publicada na quarta-feira no *Diário Oficial da União*.

O PLS 156/2014, que deu origem à lei, é do ex-senador Jayme Campos. “A previsão é de que a mudança, além de

trazer economia com a redução de custos de impressões, contribua para a celeridade, transparência e eficiência das decisões de caráter conclusivo da Ordem”, justifica o autor.

Etiópia e Austrália podem ter novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve sabatar hoje, a partir das 9h, indicados para comandar embaixadas do Brasil na Etiópia e na Austrália. A primeira sabatina será de Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedrosa, indicado ao cargo de embaixador na Etiópia, acumulando as embaixadas no Djibuti e no Sudão do Sul.

A segunda sabatina será de Sérgio Eduardo Moreira Lima, indicado a embaixador do Brasil na Austrália, cumulativamente com as Ilhas Salomão, Papua-Nova Guiné, Vanuatu, Fiji e Nauru. Os relatórios sobre as duas indicações já foram lidos ontem.

Além das duas sabinas, a pauta da comissão inclui a leitura dos relatórios sobre

duas outras indicações. A primeira é de Carlos Alfonso Iglesias Puente para o cargo de embaixador do Brasil em Moçambique, cumulativamente com a Suazilândia e Madagascar. A outra indicação é de Antonio Augusto Martins Cesar, indicado para embaixador na Tanzânia, acumulando as embaixadas em Comores e em Seicheles.

Ângela lamenta situação de servidores de ex-territórios

Ângela Portela (PDT-RR) lamentou que, por imposição legal, não possa ser dada continuidade ao enquadramento em cargos federais dos servidores dos ex-territórios de Roraima, Rondônia e Amapá.



A senadora disse que somente foi feita a divulgação dos nomes dos servidores que têm direito a serem enquadrados. O processo só será concluído com a publicação no *Diário Oficial da União*.

Avanço da violência no Rio Grande do Sul preocupa Paim

Paulo Paim (PT-RS) está preocupado com o avanço da violência no Rio Grande do Sul. O senador citou dados apurados pelo Instituto Cidade Segura que mostram que 35% dos moradores da capital gaúcha com mais



de 16 anos informaram que foram vítimas de roubo de objeto de valor ao menos uma vez, excluídos os carros. Nos últimos 12 meses, 14,5% dos entrevistados disseram ter sido vítimas de roubo, acrescentou o senador.

Cristovam critica estratégia do MDB para eleições presidenciais

Cristovam Buarque (PPS-DF) criticou o MDB por anunciar que o dinheiro do Fundo Partidário será empregado na campanha eleitoral para o Congresso, sem que o candidato do partido à Presidência, o ex-ministro



Henrique Meirelles, receba recurso algum, por ter condições de se autofinanciar. — É surpreendente que o cargo mais importante do país fique relegado ao número de deputados que serão eleitos pelo partido.

Fátima destaca interiorização do ensino superior no RN

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou reportagem da *Tribuna do Norte* sobre a interiorização do ensino superior no sertão potiguar.

Intitulada “Um novo sertão, o ensino superior transformando vidas”, a reportagem mostrou que, entre 2006 e

2016, o número de universidades cresceu 33% na região. O contingente de estudantes matriculados aumentou 76% e o número de vagas, 125%, disse a senadora.

— O processo não mudou só a vida dos estudantes, mas a realidade das cidades.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Direitos humanos e austeridade econômica

9h Audiência para discutir alternativas à austeridade econômica em defesa dos direitos humanos e da democracia.

CRE Etiópia e Austrália

9h Sabatina de embaixadores indicados para Etiópia e Austrália.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão sem votações, destinada a discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Congresso derruba veto e garante federalização da Rota das Neves

Trecho de rodovia que une regiões serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina será transferido à União, decidiram os parlamentares

O PLENÁRIO DO Congresso Nacional derrubou ontem o veto presidencial à federalização do trecho de rodovia entre as cidades de Bom Jesus (RS) e Bom Retiro (SC). Conhecido como Rota das Neves, o trecho une as regiões serranas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atravessando várias cidades turísticas.

O veto já havia sido rejeitado pelos deputados na terça-feira e ontem foi votado pelos senadores. Foram 43 votos a favor da derrubada e 3 contrários.

Com isso, será promulgado

o projeto de lei (PLC 58/2016) que transfere a rodovia para o Sistema Rodoviário Federal. As atividades de construção, manutenção, operação e administração da infraestrutura da rodovia passam a ser de responsabilidade da União.

Crédito suplementar

Os parlamentares analisaram ainda requerimento de urgência para três projetos que abrem crédito suplementar para saúde, saneamento, esporte e Justiça (Projetos de Lei do Congresso 10, 13 e 15,

de 2018), mas o pedido não foi aprovado. Nova sessão do Congresso deve acontecer na quarta-feira.

O PLN 13/2018 abre crédito suplementar de R\$ 991,8 milhões para o Sistema Único de Saúde (SUS), saneamento básico, esporte, irrigação e desenvolvimento sustentável.

Aprovado ontem mais cedo na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o projeto foi objeto de debate em Plenário, pois o remanejamento orçamentário provocado pelo PLN afetaria obras rodoviárias

em Santa Catarina.

O PLN 10 abre crédito suplementar de R\$ 15,5 milhões ao Ministério Público da União e às Justiças Federal e do Trabalho, para reforma e construção de prédios, além de despesas rotineiras. Já o PLN 15 abre crédito especial de R\$ 40,8 milhões para o Ministério da Justiça. O dinheiro deverá viabilizar a construção de um complexo penitenciário federal em Itaquitinga, a cerca de 60 quilômetros de Recife (PE), no âmbito do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Ana Amélia critica indústria da Zona Franca de Manaus

Ana Amélia (PP-RS) criticou os projetos que preveem a sustação do decreto que acabou com



incentivos às indústrias de refrigerantes da Zona Franca de Manaus. Elas eram isentas de imposto e recebem de volta o ICMS quando destinam os insumos produzidos na zona franca para outros estados.

Só que, segundo Ana Amélia, as indústrias superfaturam o valor dos concentrados de refrigerante, o que faz aumentar a base de cálculo do ICMS, e, com isso, o crédito tributário a que têm direito de restituição, gerando prejuízo aos estados destinatários dos insumos.

Senado adia votação sobre tributação de insumo de refrigerante

Deve ser votado na próxima semana em Plenário o projeto de decreto legislativo para sustar o decreto presidencial que alterou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente no extrato concentrado usado na produção de refrigerantes. Ontem o Plenário não atingiu o quorum mínimo de 41 senadores presentes para que a votação fosse realizada. Com isso, o PDS 57/2018 continua na pauta de votações.

De autoria dos senadores pelo Amazonas, o projeto cancela o Decreto 9.394, editado em maio deste ano, que reduziu de 20% para 4% a alíquota de IPI incidente sobre o extrato concentrado (xarope). O problema é que o produto final, que é o refrigerante, é tributado em 4%. Essa diferença existente antes do decreto gerava créditos na apuração do IPI pelas indústrias de refrigerantes.

O governo alega que o incentivo foi apenas reduzido para maior equilíbrio fiscal e que o decreto corrigiu uma distorção: a carga sobre o insumo (20%) era maior do que sobre o produto final (4%). Mas os senadores amazonenses Omar Aziz (PSD), Eduardo Braga (MDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) argumentam que o decreto prejudica seu estado por diminuir incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus.

Para Eduardo Braga, a zona franca serve como compensação à população do Amazonas, já que favorece a proteção e



Paulo Rocha, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga e Omar Aziz consideram que projeto prejudica Zona Franca

a conservação ambiental na região por ser uma alternativa econômica. As indústrias da região, disse o senador, geram emprego, renda e desenvolvimento sustentável.

— Queremos fazer com que a zona franca possa existir de acordo com a Constituição, e que ela possa fazer com que o povo amazonense, que é guardião da nossa floresta, o maior patrimônio do povo brasileiro, não seja aprisionado à fome e à miséria — afirmou.

Omar acusou o presidente Michel Temer de tirar recursos da Zona Franca para bancar os subsídios ao óleo diesel prometidos aos caminhoneiros.

— Esse dinheiro é para repor a diminuição do preço do diesel, pela qual o governo foi obrigado a se ajoelhar e a rezar como os caminhoneiros queriam. E como o governo fez

uma promessa, vai e ataca os mais fracos, o Amazonas, de uma forma covarde, desonesta.

Vanessa disse que a cadeia de produção do setor prejudicado pelo decreto gera 14 mil empregos na região.

— Em vez de procurar os incentivos que acontecem à revelia da lei, Temer mira e ataca a Zona Franca de Manaus, numa atitude extremamente sórdida. Promoveu esse golpe na calada da noite, sem que ninguém do Amazonas soubesse anteriormente — disse.

Multinacionais

O assunto divide até mesmo entidades do setor. Os representantes dos fabricantes regionais acusam os grandes produtores de usarem as fábricas de concentrados no Amazonas para distribuir descontos na forma de compensação fiscal

nas suas diversas filiais pelo Brasil. Além disso, segundo eles, há concorrência desleal com empresas instaladas longe de Manaus que não têm acesso a esse crédito tributário. Gleisi Hoffmann (PT-PR), José Medeiros (Pode-MT) e Lindbergh Farias (PT-RJ) defenderam que o projeto dos amazonenses não seja aprovado, pois consideram que a derrubada do decreto presidencial iria aumentar o rombo dos cofres públicos e beneficiar multinacionais.

— Subsídio para refrigerante é açúcar, é obesidade! São 13 tipos de câncer, são 53% dos adultos brasileiros acima do peso. A diabetes aumentou 61% em 10 anos. Estamos no caminho oposto do mundo, tinha era que tributar mais. É uma isenção de R\$ 7 bilhões para empresas como Coca-Cola e Ambev — disse Lindbergh.

Estatuto facilita venda de estatais, afirma Vanessa

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) elogiou o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar contra partes do Estatuto das Estatais consideradas inconstitucionais.

Na opinião da senadora, dois dispositivos dessa lei permitiram ao presidente da República, Michel Temer, promover uma privatização “insana” de empresas públicas, especialmente de energia e petróleo.

Vanessa espera que, em agosto, após o recesso do Judiciário, o Plenário do Supremo ratifique a inconstitucionalidade do Estatuto das Estatais.

Marta anuncia audiência sobre planos de saúde

Marta Suplicy (MDB-SP) anunciou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida por ela, aprovou seu requerimento para a realização de uma audiência para analisar as medidas tomadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que autorizou as operadoras a reajustarem os planos de saúde em até 10% e atualizou as regras para a aplicação da coparticipação e franquia em planos de saúde. O debate está marcado para quarta-feira, às 11h30.

— As empresas têm que ter a sua margem de lucro, mas as pessoas têm que ser bem atendidas e têm que saber o que vão pagar.

Plenário aprova indicação de novo embaixador para a Índia

O Plenário aprovou ontem a indicação de André Corrêa do Lago para a embaixada do Brasil na Índia e no Butão.

Formado em ciências econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, o

diplomata ingressou no Itamaraty em 1983. Atuou nas representações brasileiras em Madri, Praga, Washington e Buenos Aires, antes de assumir a embaixada no Japão.

O senador Jorge Viana (PT-

AC) relatou a indicação na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Sabatinado em 21 de junho pelo colegiado, Corrêa do Lago destacou que o Brasil tem interesse em ampliar o comércio e os

investimentos bilaterais com a Índia, que ainda estão aquém do potencial dos dois países.

— Precisamos vencer obstáculos para a agricultura brasileira e o desconhecimento em relação ao Brasil — disse.

Texto sobre perda de poder familiar vai a Plenário

Condenação por crime cometido contra o cônjuge ou por crimes sexuais poderá acarretar a perda de poder familiar, tutela ou curatela, prevê projeto aprovado em comissão

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que amplia os casos de perda de poder familiar para condenados que cometem crime contra a própria família. A proposta (PLC 13/2018), da deputada Laura Carneiro (MDB-RJ), segue para o Plenário do Senado.

O texto altera o Código Penal para incluir entre as possibilidades de perda de poder familiar, de tutela ou de curatela os crimes dolosos (com intenção) sujeitos à pena de reclusão cometidos contra filha e contra pessoa que detém igual poder familiar ao condenado — por exemplo, seu cônjuge ou companheiro, mesmo que divorciado.

Hoje o texto do código prevê a perda de poder familiar somente nos casos de crime doloso contra filho, tutelado ou curatelado. O projeto também altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nesse mesmo sentido e promove mudanças ainda no Código Civil (Lei 10.406, de 2002).

De acordo com esse código, a perda



Antonio Anastasia (E) comanda reunião da CCJ em que foi aprovado o projeto de poder familiar

de poder familiar pode acontecer por conta da emancipação do menor, maioridade, adoção por outra família ou decisão judicial, e também em casos de abandono, atos contrários à moral e aos bons costumes e entrega irregular do filho para adoção.

O projeto amplia essas possibilidades. Pelo texto, haverá perda do poder familiar pela condenação por homicídio, feminicídio ou lesão corporal grave ou seguida de morte, quando se tratar de crime doloso e envolver violência doméstica e familiar ou discriminação

à condição de mulher. Condenação por estupro ou outros crimes contra a dignidade sexual sujeitos à pena de prisão também implicará perda do poder familiar.

Lacunas da lei

A relatora na CCJ, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), apresentou parecer favorável. De acordo com ela, o projeto preenche lacunas e faz atualizações pertinentes no Código Penal, no ECA e no Código Civil, como a de extensão da perda de poder familiar para outros casos, sobretudo quando há crime sexual ou de feminicídio.

Na tutela, o adulto se responsabiliza pelos cuidados do menor de 18 anos e de seus bens por conta da ausência dos pais por falecimento ou mesmo perda do poder familiar. Já a curatela é o encargo atribuído pelo juiz a um adulto capaz para ser responsável por pessoa declarada judicialmente incapaz em virtude de doença que a impeça de exercer seus direitos civis.

Rejeitada proposta que proíbe venda de buzina a gás a menores

Por oito votos a sete, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou na terça-feira a proibição de venda de buzina de pressão à base de gás a menores de 18 anos. O resultado apertado da votação não agradou a alguns senadores, que prometeram apresentar recurso para que o PLS 145/2016 vá ao Plenário.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que há vários casos de mortes de jovens que usam o gás como droga alucinógena. Kátia Abreu (PDT-TO) acredita que parte dos senadores pode não ter entendido a proposta.

— Gostaria de pedir a revisão dos colegas, pois é um assunto gravíssimo. Achei até que seria unanimidade. Vamos fazer um recurso para o Plenário — informou.

O projeto é do ex-senador Donizeti Nogueira. Na justificativa, ele afirma que a mistura dos gases butano e propano — derivados do petróleo, normalmente utilizados em tubos de aerossol — produz efeitos alucinógenos quando inalada, transformando-se num novo tipo de droga.

“A inalação da substância pode causar queimaduras no sistema respiratório, produzindo efeitos alucinógenos semelhantes ao lança-perfume, cuja venda já é proibida. O produto também causa náuseas, vômitos, riscos severos ao sistema cardiorrespiratório e ao sistema nervoso central podendo ocasionar morte súbita”, explica Donizeti.

O relator, Pedro Chaves (PRB-MS), alegou que, embora a intenção tenha sido válida, o projeto não deve ir adiante, pois os gases propano e butano são atualmente utilizados para a fabricação e uso de diversos produtos, como perfumes, desodorantes, isqueiros e maçaricos.

“Dessa forma, a proibição da comercialização de buzina de pressão a menores de 18 anos não restringiria o acesso a produtos que contêm esses gases”, argumenta.

Ainda segundo o relator, o Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê a proibição de comercialização de produtos cujos componentes possam causar dependência.



Gás das buzinas de pressão tem efeito alucinógeno, argumenta autor

Aprovada permissão para parcelar pagamento do DPVAT em 12 vezes

Um projeto que permite pagar o seguro obrigatório (DPVAT) em 12 parcelas foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto, um substitutivo ao PLS 162/2014, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), vai à Câmara, se não houver recurso para análise pelo Plenário.

Para Cássio, o parcelamento reduzirá a inadimplência, especialmente dos donos de motocicletas, que têm maior custo em relação ao valor do

veículo. Em 2018, automóveis pagaram R\$ 45,72 e motocicletas, R\$ 185,50.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), apresentou o substitutivo para, entre outros pontos, retirar a vigência imediata da futura lei. Ela considera necessário um prazo (estipulado em 180 dias) para que a administração possa oferecer aos cidadãos os meios para o parcelamento em cada estado, pois o pagamento do seguro é vinculado ao do IPVA.

Valores do seguro em 2018

Automóveis, camionetas, táxis, carros de aluguel e de aprendizagem: R\$ 45,72
Ônibus, micro-ônibus e lotação com cobrança de frete: R\$ 164,82
Micro-ônibus com cobrança de frete e lotação não superior a 10 passageiros e ônibus, micro-ônibus e lotações sem cobrança de frete: R\$ 103,78
Motocicletas, motonetas e similares: R\$ 185,50
Ciclomotores: R\$ 57,61
Caminhões e caminhonetes tipo pick-up de até 1.500 kg: R\$ 47,66
Reboque e semirreboque: isento

Avança projeto que impede cobrança por gestão do FGTS

As despesas geradas pela gestão do FGTS — como a realização da inscrição em dívida ativa, o ajuizamento, o controle e o acompanhamento dos processos judiciais — devem ser de responsabilidade dos órgãos de representação e não serão descontadas do fundo. Esse é o objetivo do PLS 24/2017, de Alvaro Dias (Pode-PR), que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto revoga trechos da

Lei 8.844, de 1994, que, segundo o senador, beneficiam financeiramente a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Caixa em detrimento dos recursos de investimento do fundo.

Alvaro observa que a procuradoria é composta por servidores públicos remunerados e, por isso, é inconstitucional cobrar os gastos do FGTS. Já a Caixa, segundo ele, obtém lucros por meio das taxas de juros que cobra dos empréstimos feitos com recursos do fundo e, com isso, consegue arcar com os custos da gestão.

Lídice pede CPI sobre reajustes de planos de saúde

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu a rápida criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os reajustes dos preços dos planos de saúde em valores superiores aos índices oficiais de inflação. Ela disse já ter garantido as assinaturas necessárias para a instalação da CPI e acusou a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de priorizar os interesses das operadoras dos planos, e não os direitos dos consumidores.

— O consumidor é obrigado a recorrer à Justiça para ter a garantia do seu direito.

Ministros fazem contorcionismo jurídico, diz Malta

Magno Malta (PR-ES) criticou ontem, em Plenário, o Supremo Tribunal Federal, que, segundo ele, está ditando as regras do país. O senador classificou de “contorcionismo jurídico” as decisões dos ministros.

— O STF é o senhor de tudo, a ninguém dá satisfação.

Malta disse que os ministros devem prestar contas de seus atos ao Senado, que tem a atribuição de mover processo de impeachment contra eles, e manifestou apoio ao projeto que estabelece mandato de oito anos para o cargo.

Eunício marca votação da LDO para quarta

Antes da sessão do Congresso para votar a LDO, o parecer do senador Dalírio Beber deve ser votado na Comissão Mista de Orçamento, que marcou reunião para o mesmo dia

O PRESIDENTE DO Congresso Nacional, Eunício Oliveira, convocou sessão conjunta para quarta-feira, às 13h, para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. Será a última etapa de tramitação da proposta (PLN 2/2018) antes do envio para sanção.

Votada a LDO, o Congresso pode decretar recesso legalmente a partir de 18 de julho, suspendendo o prazo de tramitação das 23 medidas provisórias na pauta atualmente.

— Com isso, encerraremos os trabalhos deste semestre, como determina a nossa Constituição. Não sairemos em recesso parlamentar se não votarmos a LDO — disse Eunício.

Antes da sessão do Congresso, às 11h, Eunício marcou sessão do Senado para votar propostas pendentes na pauta, entre elas o regime de urgência para o projeto de lei que permi-

te a readmissão ao Supersimples das empresas excluídas por dívidas tributárias (PLC 76/2018 — Complementar).

Acordo

Antes da sessão conjunta, o projeto da LDO precisa ser analisado na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Ontem os coordenadores dos partidos na CMO fecharam acordo para votar, também na quarta-feira, o parecer ao projeto. O acordo para a votação foi fechado em uma reunião com o presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr (PP-BA), e do líder do governo na comissão, deputado Claudio Cajado (PP-BA).

O relator, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), leu o texto no colegiado, o que permitiu a abertura do prazo para apresentação de destaques, que vai até hoje ao meio-dia.



Eunício garante que Congresso vai encerrar trabalhos antes do recesso

Em entrevista coletiva, Dalírio afirmou que o parecer foca nos dois pontos que a curto prazo mais pressionam as contas públicas: o excesso de incentivos fiscais, que devem somar cerca de R\$ 300 bilhões este ano, e o aumento das despesas obrigatórias, que dobraram de valor desde 2010. Para combater o desequi-

líbrio fiscal, o texto propõe medidas como corte de despesas administrativas, veto a qualquer reajuste ao funcionalismo público e proibição de concessão de novos incentivos às custas do Orçamento. Ele explicou que o parecer visa entregar ao futuro presidente da República um cenário fiscal menos desfavorável.

— Não queremos ampliar o quadro de obrigações para o futuro governante — destacou.

Incentivos fiscais

Questionado sobre as regras mais rígidas para incentivos fiscais, que podem enfrentar dificuldades para aprovação, o relator afirmou que essa é a contribuição do Legislativo para a melhoria das finanças públicas.

Ele disse ainda que o país precisa rediscutir suas prioridades orçamentárias. Para ele, os números das contas públicas são “desesperadores”.

— O poder público não pode ser mais um peso para a sociedade — afirmou.

Além de medidas na área econômica, o senador propôs mudanças no orçamento das áreas sociais. Educação e saúde são as mais beneficiadas.

Com Agência Câmara

Comissão aprova duas MPs e créditos suplementares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem três projetos de crédito suplementar. Os PLNs 9/2018 e 10/2018 liberam cerca de R\$ 107 milhões para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e para o Ministério Público Federal. O PLN 13/2018 libera R\$ 995 milhões aos Ministérios

da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e da Integração Nacional. Os projetos seguem para a análise do Plenário do Congresso.

Também foram aprovadas duas medidas provisórias, que vão para a Câmara dos Deputados. A MP 823/2018 concedeu ao Ministério da Defesa

crédito suplementar de R\$ 190 milhões, que serão usados no apoio aos imigrantes venezuelanos em Roraima. Já a MP 825/2018 destinou R\$ 1,2 bilhão ao Gabinete de Intervenção Federal no Rio de Janeiro, para custeio de parte das tropas e aquisição e reforma de equipamentos.

Preço elevado prejudica a Petrobras, diz consultor

Na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), o consultor aposentado da Câmara dos Deputados Paulo César Lima criticou a política da Petrobras. Segundo ele, os preços de derivados de petróleo no Brasil estão acima dos do mercado internacional devido à inclusão, na formação dos valores de combustíveis, de custos como estadia de navios em portos, frete de navios e volatilidade da taxa de câmbio.

— Essa elevação de preços prejudica duplamente a própria Petrobras que, além de começar a perder mercado, está tendo que reduzir a carga de produção nas refinarias.

O presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais

e Energia (Cerne), Jean-Paul Prates considerou prejudiciais ao país as desonerações que o governo tem concedido.

Os representantes da Federação Única dos Petroleiros, Deyvid Bacelar, e da Federação

Nacional dos Petroleiros, Agnelson Camilo, e a presidente da CDR, Fátima Bezerra (PT-RN), elogiaram a liminar do Supremo que suspendeu a privatização de estatais sem autorização do Congresso.



Agnelson Camilo, Jean Prates, Fátima Bezerra, Paulo Lima e Deyvid Bacelar

Debate analisa alternativas à austeridade econômica

“Alternativas à austeridade econômica em defesa dos direitos humanos e da democracia” é o tema de audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz hoje. O pedido do debate é do senador Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados o secretário-executivo do Sindicato

Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle (Unacon), Bráulio Santiago Cerqueira; as especialistas em políticas públicas e gestão governamental do Ministério do Planejamento Andrea Barreto de Paiva e Fabíola Sulpino; o diretor da Instituição Fiscal Independen-

te do Senado Rodrigo Octávio Orair; o ex-secretário-executivo do Ministério da Justiça Marivaldo de Castro Pereira; e o presidente da Associação dos Funcionários do BNDES, Thiago Leoni Mitidieri.

A audiência é interativa, permitindo a participação do público.

Avança MP que fixa piso de preços no transporte de cargas

A comissão mista da Medida Provisória 832/2018 aprovou ontem o relatório da proposta que cria uma política nacional de pisos para o transporte rodoviário de cargas. O texto será analisado nos Plenários da Câmara e do Senado.

De acordo com a MP, estão vigentes desde 30 de maio tabelas com preços mínimos para o transporte de cargas geral, a granel, frigorífica, perigosa e neogranel (carga geral, sem embalagem, transportada em lotes, como automóveis, por exemplo).

O projeto de lei de conversão apresentado pelo deputado Osmar Terra (MDB-RS), que incorporou 16 emendas ao texto da MP, concede anistia às multas e sanções ocorridas em virtude das paralisações ocorridas entre os dias 21 de maio e 4 de junho de 2018 e prevê a adoção de um gatilho para a edição de novos preços mínimos, caso a oscilação do combustível seja considerável na composição do preço do frete.

O texto prevê a participação de representantes dos setores contratantes e embarcadores dos fretes no processo de fixação da tabela de preços mínimos, a serem regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com priorização dos custos referentes ao óleo diesel e pedágios.

Para a execução da política de preços, a ANTT publicará norma com os pisos referentes ao quilômetro rodado na

realização de fretes, por eixo carregado, consideradas as distâncias e as especificidades das cargas, bem como a planilha de cálculos utilizada para a obtenção dos respectivos pisos.

A publicação dos pisos e da planilha ocorrerá 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano e os valores serão válidos para o semestre em que a norma for editada. Sempre que ocorrer oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 10% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos, para mais ou para menos, uma nova norma com pisos deverá ser publicada pela ANTT, considerando a variação no preço do combustível.

Contêineres

Também poderão ser fixados pisos de frete diferenciados para o transporte de contêineres e de veículos de frotas específicas, dedicados ou fidelizados por razões sanitárias ou por outras razões consideradas pertinentes pela ANTT, consideradas as características e especificidades do transporte.

O processo de fixação dos pisos deverá ser técnico, ter ampla publicidade e contar com a participação dos representantes dos embarcadores, dos contratantes dos fretes, das cooperativas de transporte de cargas, dos sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas.

Debate pede ajuste em apoio a aluno deficiente

Projeto do senador Romário regulamenta o trabalho do profissional de apoio escolar, que deve ajudar estudantes com deficiência em todas as atividades dentro da instituição

A REGULAMENTAÇÃO DO profissional de apoio escolar é importante para a qualidade de ensino dos alunos com deficiência, afirmaram ontem os convidados da audiência pública realizada na Comissão de Educação (CE). Os debatedores disseram, no entanto, que o PLS 278/2016, do senador Romário (Pode-RJ), precisa de ajustes.

— Estamos abertos para receber opiniões da sociedade para que a legislação da inclusão da pessoa com deficiência melhore a cada dia. As alterações propostas no PLS são pedidos de pais que convivem com essa realidade e foram feitas para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência — disse o senador.

Pelo texto, o profissional de apoio poderá atender, no máximo, três alunos com deficiência e precisará ter nível superior, exigência que será dispensada apenas para os que atuarem na educação básica. Esse profissional também deverá auxiliar em atividades de alimentação, cuidados pessoais, locomoção e inclusão pedagógica do estudante com deficiência, por meio de acompanhamento individualizado.

Caso a escola permita, a família poderá contratar um profissional particular. Nesse caso, o salário será pago pela família, mas a responsabilidade de integrar o profissional será da escola.

— Isso atende uma demanda recor-



Romário (E), autor do projeto, e João Capiberibe (à mesa, ao centro), que presidiu a reunião que contou com participação de educadores

rente das famílias e facilita o processo, nos casos de difícil prognóstico de inclusão escolar, a partir da continuidade do vínculo do profissional de apoio com o estudante — afirmou a presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino no Estado do Rio de Janeiro, Cláudia Costa.

Desigualdade

Já para a secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Fátima da Silva, a possibilidade de contratação de profissionais

particulares prejudica a equidade do ensino:

— Com isso, estamos criando, dentro de um processo de inclusão das escolas públicas e privadas, dois tipos de pessoas que vivem com deficiência. Aquela que tem uma família com condições financeiras terá seu apoio individualizado. Aquela que não tem não terá o mesmo apoio. Precisamos criar um processo de igualdade em que o Estado oferte o profissional a todos, aos que precisam e aos que não.

Segundo a presidente da Associação

Brasileira de Autismo, Lucinete Andrade, em alguns casos, a distribuição de um profissional para três alunos pode ser inviável.

— A criança com autismo tem especificidades. Não é possível colocar um monitor para cuidar de três crianças. Alguma coisa vai ficar fora do eixo. A solução seria a chamada avaliação psicopedagógica. A escola é quem deve fazer essa avaliação de acordo com o currículo individual do aluno para determinar qual o melhor atendimento para ele — explicou.

Comissão aprova aumento de licença-paternidade para militar

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem projeto que aumenta para 20 dias a licença-paternidade do militar e a estende para o caso de obtenção de guarda judicial para fins de adoção. Atualmente os militares têm direito a cinco dias consecutivos de licença. Os senadores aprovaram na comissão pedido de urgência para matéria que ainda precisa ser votado em Plenário.

O PLC 41/2018, do Executivo, teve parecer favorável do relator, José Medeiros (Pode-MT). Para ele, a diferenciação entre licença-maternidade e licença-paternidade ilustra a percepção de que o pai ainda é coadjuvante na

criação dos filhos.

“Trata-se, portanto, de iniciativa que expressa o progressivo reconhecimento da grande importância do papel do pai para o desenvolvimento cognitivo, social, comportamental e afetivo dos filhos, situando a paternidade como direito do homem e da criança”, afirma o relator.

Atualmente os servidores públicos civis da União, regidos pela Lei 8.112, de 1990, têm direito à extensão da licença-paternidade pelo prazo de 15 dias, desde 2016. No setor privado, o benefício é regulado pela Lei 13.257, de 2016, para empresas que participam do Programa Empresa Cidadã.

Avança ampliação do apadrinhamento afetivo

Um projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir que pessoas inscritas no cadastro de adoção também participem de iniciativas de apadrinhamento afetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Atualmente só podem participar dessas iniciativas pessoas que não estejam inscritas no cadastro como pretendentes a adotar.

O apadrinhamento afetivo busca a reinserção social de crianças e adolescentes acolhidos que têm menor chance de adoção por não se encaixarem no perfil mais procurado pelos adotantes.

Pelo PLS 221/2018, do senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), poderão ser padrinhos ou madrinhas

pessoas maiores de 18 anos, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

Para Garibaldi, a participação em tais programas tem servido como mecanismo de sensibilização para que os interessados em adotar optem por crianças mais velhas, com deficiência ou irmãos.

O relatório de José Medeiros (Pode-MT), favorável ao texto, foi lido por Paulo Paim (PT-RS). Segundo o relator, a proposta “traz uma importante inovação legislativa” ao ampliar o universo de possíveis adotantes.

O projeto segue agora para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Para Medeiros, o projeto pode ampliar o universo de possíveis adotantes

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira

Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima

Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza

Primeiro-secretário: José Pimentel

Segundo-secretário: Gladson Cameli

Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares

Quarto-secretário: Zeze Perrella

Suplentes de secretário:

Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,

Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Sílvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Embaixadores para a Polônia e a Áustria são aprovados em comissão

Plenário agora vai analisar as indicações de Hadil Vianna e José Marcondes de Carvalho, que foram sabatinados ontem em colegiado

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem a indicação do diplomata Hadil Vianna para a chefia da embaixada brasileira na Polônia. Também foi aprovada na reunião de ontem a indicação do diplomata José Marcondes de Carvalho para a chefia da embaixada na Áustria. As indicações seguem agora ao Plenário do Senado.

Durante a sabatina de Vianna, o senador Aírton Sandoval (MDB-SP) lembrou que recentemente o governo polonês aprovou orçamento de US\$ 55 bilhões (o equivalente a R\$ 215 bilhões) para investir na modernização do setor de defesa nos próximos 15 anos. Vianna acrescentou que a LOT, a maior empresa aérea polonesa, possui cerca de 60% de sua frota importada da Embraer.

Segundo o diplomata, as relações entre o Brasil e a Polônia são consideradas tradicionais, fluídas e estáveis. Vianna ressaltou que entre os dois países há apenas um ponto de divergência. A Polônia é contra o fechamento do acordo de livre comércio entre Mercosul e União Europeia (UE), pois sua agricultura é forte e teme perder mercado na UE ao ver o aumento da concorrência.

Vianna também ressaltou que a Polônia foi a única nação do continente a não entrar em recessão a partir da crise internacional de 2008 e 2010. O PIB do país é de US\$ 1 trilhão.

— A Polônia cresceu, em 2017, 4,6%, uma taxa extremamente elevada em épocas de crises mundiais. Só no primeiro trimestre deste ano a Polônia cresceu 5,2%.



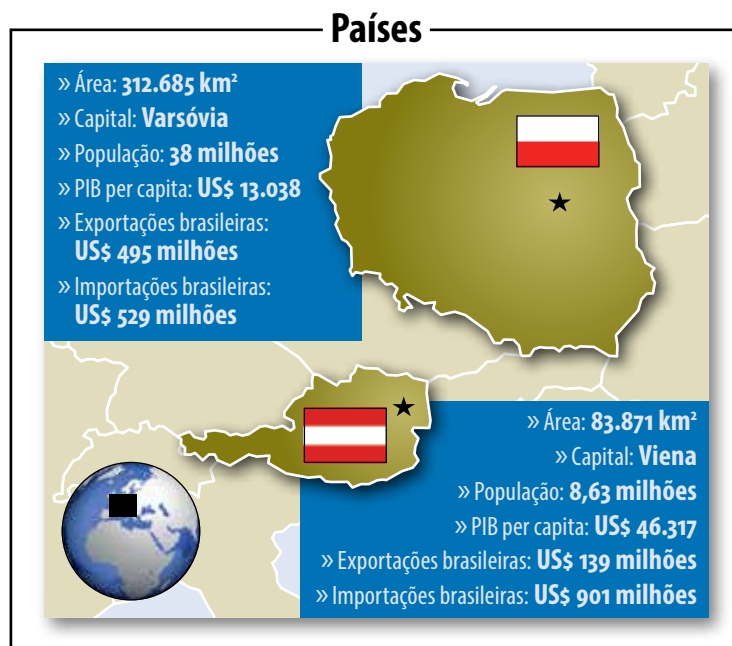
Hadil Vianna, Fernando Collor e Marcondes de Carvalho durante sabatina na Comissão de Relações Exteriores

O diplomata lembrou ainda que o Brasil é o maior parceiro comercial polonês na América Latina, com fluxo anual de cerca de US\$ 1,2 bilhão por ano, com superavit para o Brasil.

Diferenças

Já Carvalho ressaltou que o PIB da Áustria é de cerca de US\$ 400 bilhões, perto de 20% do PIB brasileiro, que fica na casa de US\$ 1,8 trilhão. A Áustria tem um PIB per capita acima de US\$ 45 mil, enquanto o do Brasil fica em torno de US\$ 9 mil. No índice de desenvolvimento humano (IDH), também há uma diferença acentuada, ressaltou. A Áustria está ranqueada em 24º lugar num universo de 188 países, ao passo que o Brasil ocupa a 79ª posição.

— O comércio bilateral com a Áustria é largamente deficitário para o Brasil. O Brasil vem reduzindo muito as exportações, basicamente de produtos manufaturados, ao passo que a Áustria exporta produtos com



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

altíssimo teor tecnológico.

Diante desse quadro, ele afirmou que pretende realizar trabalhos de diplomacia econômico-comercial (voltado para diversificar a pauta de importação), federativa, parlamentar (com a retomada do Grupo de Amizade Brasil-Áustria), climática, ambiental e de sustentabilidade. Outros

aspectos a serem desenvolvidos, disse Carvalho, são as diplomacias de inovação, cultural, de educação e capacitação, multilateral e turística.

— Não podemos esquecer da atividade consular. Cerca de 5 a 6 mil brasileiros residem na Áustria, uma comunidade reduzida, mas passam muitos brasileiros por lá.

Vai ao Plenário acordo entre Brasil e União Europeia no setor aéreo

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável ao acordo assinado entre Brasil e União Europeia (UE) sobre aspectos dos serviços aéreos (PDS 68/2018). O acordo segue agora ao Plenário.

Segundo nota do Itamaraty encaminhada à CRE e citada

por Anastasia, este acordo, assinado em Brasília em 14 de julho de 2010, tem como objetivo incrementar a conectividade aérea com a Europa, permitindo que companhias estabelecidas na UE façam uso de autorizações de operação para o Brasil que não são integralmente executadas.

— Há vários acordos bilaterais de serviços aéreos entre

o Brasil e países que fazem parte da União Europeia, porém o bloco possui certa competência exclusiva que atinge os serviços aéreos. Ou seja, estes acordos já celebrados devem combinar com a legislação europeia que, entre outros pontos, versam sobre distorções de concorrência e o direito de acesso não discriminatório

às ligações aéreas entre países da UE e outros países. Esse acordo tem, portanto, o objetivo de equalizar estas pendências — detalhou o senador.

Anastasia disse crer que a melhoria da relação aerocomercial do Brasil com a UE deverá contribuir no aprofundamento dos laços comerciais e no fluxo turístico.

Avança cooperação entre Brasil e Holanda na área de defesa

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem o texto do acordo de cooperação no setor de defesa assinado entre os governos do Brasil e da Holanda. O PDS 65/2018 segue agora ao Plenário do Senado.

Segundo o relator na CRE, Antonio Anastasia (PSDB-MG), a prioridade é aprofundar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento, no apoio logístico e na aquisição de produtos e serviços. Também visa à troca de informações

e experiências adquiridas em campos de operações, incluindo aquelas vinculadas a missões internacionais de manutenção da paz, como as comandadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Outros pontos do acordo

destacados pelo senador são a cooperação tecnológica, ações combinadas de treinamento e instrução militar e exercícios conjuntos.

— É um acordo que leva as relações entre Brasil e Holanda a um novo patamar — disse.

Pimentel apoia renegociação de dívidas do Simples

José Pimentel (PT-CE) registrou a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do projeto que reabre prazo para renegociação de dívidas tributárias das empresas do Simples Nacional. De acordo com o senador, pequenos empreendedores tiveram dificuldades para pagar seus tributos, o que provocou a exclusão de quase 500 mil empresas do Simples. Não é justo, disse, que somente os grandes devedores tenham direito de parcelar seus débitos.

— Essas empresas apresentaram um saldo positivo de 10,75 milhões de empregos novos — ressaltou Pimentel.

Viana critica juros de cheque especial e cartão de crédito

Jorge Viana (PT-AC) cobrou providências contra os juros altos cobrados pelos bancos e operadoras de cartão de crédito. Integrante da CPI dos Cartões de Crédito, o senador disse que a média anual de juro no cheque especial é de 300% e nos cartões de crédito, de 400%.

— As pessoas não sabem que estão sendo assaltadas.

Viana defendeu projeto dele (PLS 377/2017) que obriga bancos e operadoras de cartão de crédito a informar na internet ou por outros meios as maiores taxas de juros cobradas.

Medeiros condena papel do Ibama em reserva indígena

José Medeiros (Pode-MT) criticou as ações do Ibama em área dos índios parecis, em Mato Grosso, que foram impedidos de colher a safra deste ano e vender a produção agrícola. Ele disse que a atividade era realizada com acompanhamento da Funai, e contrastou a prosperidade dos parecis com a situação da maioria dos índios.

Para o senador, o Ibama extrapolou suas atribuições na fiscalização da lavoura dos parecis, já que não encontrou nem exploração dos índios nem degradação do meio ambiente. Hoje, segundo o senador, o Ibama se tornou um “tumor” dentro do governo.

Vai a Plenário projeto sobre doenças raras

Proposta que institui a Política Nacional para Doenças Raras no SUS foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. São cerca de 8 mil enfermidades que afetam até 65 pessoas em 100 mil

PESSOAS COM DOENÇAS raras podem receber maior atenção do sistema de saúde pública. A Comissão Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que institui a Política Nacional para Doenças Raras no Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma doença é definida como rara quando afeta até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos. As enfermidades são caracterizadas por uma ampla diversidade de sinais e sintomas e variam não só de doença para doença, como também de pessoa para pessoa acometida pela mesma condição.

O PLC 56/2016, que segue com urgência para o Plenário, determina que a política seja implantada em até três anos, tanto na esfera nacional, como na estadual e na municipal,

com o objetivo de estabelecer uma Rede Nacional de Cuidados ao Paciente com Doença Rara.

— Para a maioria das doenças raras, que são cerca de 8 mil, não há medicamentos específicos ou tratamento curativo, apenas tratamentos de apoio, como fisioterapia e fonoaudiologia. Quando existe medicação, geralmente é importada e obtida com dificuldade, notadamente por meio de decisões judiciais — apontou o relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO).

A política reconhece o direito de acesso dos pacientes diagnosticados com doenças raras aos cuidados adequados, o que inclui a provisão de medicamentos órfãos (destinados ao diagnóstico, prevenção e tratamento de doença rara).

A proposta diz que os medi-



Geraldo Magela/Agência Senado

Caiado relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais e destacou a dificuldade de acesso a medicamentos

camentos órfãos destinados ao tratamento de doenças raras terão preferência na análise para concessão de registro sanitário junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e estabelece algumas regras para facilitar o registro.

Caiado retirou do texto a possibilidade de registro automático de medicamento, sem

prévia deliberação da Anvisa. — Há demanda de evidências conclusivas de que o medicamento funciona e é seguro.

A política será implementada tanto na chamada atenção básica à saúde, quanto na atenção especializada. A ideia é que os portadores de doenças raras sejam identificados precocemente, no pré-natal ou ainda

recém-nascidos, e que recebam o tratamento adequado desde a primeira infância. A política prevê ainda o suporte às famílias dos pacientes.

Conforme o texto, cada estado terá que estruturar pelo menos um centro de referência, aproveitando, se possível, a estrutura de universidades e hospitais universitários.

Fila para certificar remédio foi reduzida, diz Anvisa

Redução das filas para certificação de medicamentos e do tempo de análise para tratamentos de doenças raras e aumento da importação de produtos para pesquisa estão entre os principais avanços da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2017, apontados pelo presidente do órgão, Jarbas Barbosa.

Ele apresentou ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um balanço das ativi-

dades, como requerido pela presidente do colegiado, Marta Suplicy (MDB-SP). Segundo Barbosa, foram concedidos 784 registros de medicamentos e produtos biológicos, 1.063 de produtos para a saúde, 403 registros de alimentos, 1.064 saneantes e 699 cosméticos.

Ele ressaltou que a atrofia muscular espinhal passou a ter opção terapêutica no Brasil por meio da medicação nusinersena, e que três produtos

biossimilares para tratamento de doenças como câncer de mama, artrite reumatoide e diabetes foram registrados.

— Definimos critérios claros para a importação em caráter excepcional e simplificação do processo de avaliação toxicológica para a agricultura.

Marta elogiou a internacionalização das ações da Anvisa e a contratação de servidores, mas questionou a participação da agência na regulação de cosméticos, tratamentos estéticos e agrotóxicos. O dirigente respondeu que a Anvisa alerta e responsabiliza empresas sobre elementos químicos e procedimentos que podem ou não ser utilizados na cosmetologia. Sobre os agrotóxicos, ele disse que ainda é preciso apressar os registros. Ana Amélia (PP-RS) se dispôs, junto com Waldemir Moka (MDB-MS), a apresentar um projeto para atualizar a legislação do setor.

Tratamento para atrofia muscular espinhal será tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai discutir as restrições na distribuição do Spinraza, que trata a atrofia muscular espinhal. O requerimento, de Romário (Poder-RJ), foi aprovado ontem.

De acordo com o senador, o medicamento foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para todos os tipos da doença, sem restrição de idade. As informações recebidas pelo senador são de que o Ministério da Saúde restringe a distribuição acrianças com até 7 meses, o que tem obrigado pacientes a recorrer à Justiça.

Também foi aprovado requerimento de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para audiência sobre laqueadura compulsória. O pedido foi feito após as denúncias de que uma moradora de rua de Mococa (SP) foi esterilizada contra a vontade por determinação judicial.

Os reajustes dos planos de saúde, a tarifa de energia no Rio de Janeiro, o desmonte de bancos públicos, o fundo de pensão dos Correios, saúde suplementar e o desrespeito aos direitos humanos nas comunidades extrativistas também serão debatidos.

Avança projeto que cria política de prevenção do diabetes

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que institui a Política Nacional de Prevenção do Diabetes e de Assistência Integral à Saúde da Pessoa Diabética, com foco em campanhas de conscientização sobre a importância do controle do diabetes mellitus. O PLC 133/2017 vai a Plenário em regime de urgência.

O diabetes é uma doença crônica, caracterizada pelo excesso de açúcar no sangue devido à atuação ineficaz da insulina, hormônio responsável por baixar a glicemia no organismo. Pesquisa do Ministério da Saúde mostrou que, entre 2006 e 2016, a prevalência da doença aumentou

em 61,8%, passando de 5,5% para 8,9% dos entrevistados. Além disso, em 2016, houve cerca de 61 mil mortes em decorrência do diabetes.

O relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), recomendou a aprovação do texto:

“Apesar de sua potencial gravidade, sabe-se que o efetivo controle glicêmico é capaz de evitar que surjam as principais complicações agudas e crônicas da doença: hipoglicemia, cetoacidose, insuficiência renal crônica, cegueira, insuficiência vascular periférica, amputações de membros inferiores, infarto do agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral”, informa o senador.



Jarbas Barbosa Júnior faz balanço anual, requerido por Marta Suplicy

Ex-técnico de ginástica será ouvido de novo em CPI

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) instalada para investigar casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes aprovou ontem a reconvocação de Fernando de Carvalho Lopes, ex-técnico da seleção brasileira de ginástica olímpica, acusado de abusos sexuais de atletas. Em maio, Lopes negou as acusações em audiência da comissão.

Segundo o presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), o ex-técnico não esclareceu todos os fatos que envolvem as denúncias de que é acusado.

Também será reconvocado o pastor Georgeval Alves Gonçalves, preso sob acusação de provocar um incêndio criminoso que matou dois irmãos, de 3 e 6 anos, em Linhares (ES). Ele foi ouvido em maio pela CPI em diligência em Vitória.

A comissão aprovou ainda convite para ouvir de forma reservada cinco pessoas sobre casos de maus-tratos. Entre os convidados, está o produtor Mohamed Saigg, do programa *Fantástico*, da Rede Globo, que deverá falar de reportagem especial veiculada em abril deste

ano sobre a má aplicabilidade da Lei da Alienação Parental (Lei 12.318, de 2010).

Foi aprovada também uma diligência em Cuiabá para averiguar casos de violência contra crianças e adolescentes no estado. O requerimento é do relator da comissão, senador José Medeiros (Pode-MT).

Na reunião, Magno Malta sugeriu ainda que cidadãos conversem com os senadores de seus estados e fomentem CPIs municipais para investigar os maus-tratos contra crianças e adolescentes.